

Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul:

transformações em tempos de globalização
(1991-2010)

**Álvaro Luiz Heidrich
Paulo Roberto Rodrigues Soares
Iván Gerardo Peyré Tartaruga
Rosetta Mammarella
Organizadores**



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Núcleo de Porto Alegre



Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul:

transformações em tempos de globalização
(1991-2010)



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Núcleo de Porto Alegre



Instituto
Latino-Americano
de Estudos Avançados



© 2016 – Autores

Revisão

Paulo de Toledo

Projeto gráfico e diagramação

Ronaldo Machado | Letra1

Impressão

Gráfica da UFRGS

DADOS INTERNACIONAIS DE PUBLICAÇÃO
Bibliotecária Ketlen Stueber CRB: 10/2221

E82 Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010) / organização de Álvaro Luiz Heidrich [et al.]. – Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. 336p.

Outros organizadores: Paulo Roberto Rodrigues Soares, Iván Gerardo Peyré Tartaruga, Rosetta Mammarella.

ISBN 978-85-63800-20-6

DOI 10.21826/9788563800206

1. Geografia – territorialidade. 2. Urbanização. 3. Aglomeração populacional. 4. Ocupações. 5. Participação social. I. Heidrich, Álvaro Luiz. II. Soares, Paulo Roberto Rodrigues. III. Tartaruga, Iván Gerardo Peyré. IV. Mammarella, Rosetta. Título.

CDU 911
CDD 918

Disponível para download em
<http://www.lume.ufrgs.br/>



www.editoraletra1.com.br
CNPJ 12.062.268/0001-37
letra1@editoraletra1.com.br
PORTO ALEGRE - BRASIL

Este livro foi publicado
com o apoio financeiro da



Desigualdade, pobreza e violência metropolitana

Leticia Maria Schabbach

INTRODUÇÃO

A esta altura, Kublai Khan espera que Marco diga como é Irene vista lá de dentro. E Marco não pode fazê-lo: não conseguiu saber qual é a cidade que os moradores do alto chamam de Irene; por outro lado não importa: vista de dentro, seria uma outra cidade; Irene é o nome de uma cidade distante que muda à medida que se aproxima dela. A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar; cada uma merece um nome diferente; talvez eu já tenha falado de Irene sob outros nomes; talvez eu só tenha falado de Irene (CALVINO, 1990, p. 115).

Esta citação faz-nos pensar sobre as potencialidades da pesquisa microssociológica, pois, embora seja apenas uma aproximação da realidade intangível (como qualquer outro empreendimento científico), pode revelar meandros desconhecidos e situações inusitadas, imperceptíveis dentro de uma visão panorâmica. Nesse sentido, uma capital como Porto Alegre representa um laboratório onde é possível pesquisar universos social, cultural e politicamente distintos – como os seus bairros (muitos dos quais são mais populosos do que diversas cidades gaúchas) –, adentrando-se, dessa forma, no desvelamento das características polissêmicas dessa metrópole brasileira. Tal conhecimento possibilita que cidadãos sejam mais bem informados sobre os problemas sociais de seu meio de vivência, bem como pode contribuir para que políticas públicas sejam implementadas para o enfrentamento desses problemas. Este tipo de pesquisa é particularmente relevante quando tratamos dos fatos violentos e seus correlatos, uma vez que autores como Giddens (1996), Wieviorka (1997 e 1999) e Tavares dos Santos (2002) destacam que a disseminação e a reprodução da violência acontecem na própria lógica dos microcosmos sociais, onde se produzem redes de dominação de vários tipos e teias de exclusão sobrepostas (TAVARES DOS SANTOS, 2002, p. 23). Neste trabalho, examinamos as manifestações cotidianas de violência física, sem considerar outros tipos de violência (simbólica, política etc.). Assim, atos violentos são aqui considerados como os que atingem a integridade

física da vítima, por meio do emprego da força (ou da ameaça em fazê-lo), na sua forma bruta ou com a utilização de armas de fogo ou outros objetos. Tais práticas são as que mais causam impacto social e interferem diretamente na percepção da população acerca dos movimentos da criminalidade, por vezes contribuindo com a configuração de uma atmosfera de insegurança onde ocorrem (ou onde se presume que tenham ocorrido).

O indicador mais utilizado internacionalmente para medir violência é o homicídio, pois, de acordo com Fox e Zawitz (2002, p. 4, tradução nossa): “O homicídio é interessante não apenas devido à sua gravidade, mas também porque é considerado por estudiosos um barômetro bastante confiável do crime violento. Em nível nacional, nenhum outro crime é medido tão acurada e precisamente.”

Além de graves, os homicídios são juridicamente padronizados, bem como contabilizam uma cifra oculta inferior aos outros delitos. As pesquisas sobre tais fatos geralmente abrangem fontes primárias (por exemplo, entrevistas com apenados e pessoas conhecidas da vítima e do agressor, pesquisa documental em prontuários de presos e/ou em processos judiciais), ou fontes secundárias (estatísticas policiais e da área da saúde).

Ademais, o ato voluntário de matar outra pessoa é socialmente reprovado nas sociedades desde tempos imemoriais, embora sempre houvesse casos de convalidação de acordo com o contexto histórico: em legítima defesa, nas guerras, no exercício da atuação policial sob certas condições legalmente previstas. A reprovação societária ao homicídio faz com que ele seja mais investigado e julgado comparativamente aos outros crimes, ainda assim, existe um *gap* entre os casos conhecidos pela polícia e os efetivamente esclarecidos, ou sentenciados¹.

Como indicadores da violência, além dos homicídios, incluímos em nosso estudo as lesões corporais seguidas de morte, buscando responder às seguintes questões: Quais os fatores (positiva ou negativamente) correlacionados com a violência entre os bairros de Porto Alegre? Estes fatores permanecem constantes ao longo do tempo? Quais os efeitos dos projetos preventivos no âmbito do PRONASCI sobre a violência nos bairros onde foram implementados?

Após essa introdução, apresentamos, na sequência, características e tendências dos homicídios no Brasil, regiões sociodemográficas, estados brasileiros, Rio Grande do Sul e Porto Alegre. Segue a análise dos conceitos de pobreza, desigualdade e da associação dos mesmos com os fatos violentos. O próximo item apresenta a

¹ Na Inglaterra e País de Gales, a taxa de esclarecimento de homicídios – proporção de inquéritos remetidos à justiça sobre o total de ocorrências policiais registradas – foi de 90% em 1997, representando um resultado bastante superior aos dos outros delitos (LEMGRUBER, 2001). No Brasil, pesquisa constatou um percentual de 92,5% das ocorrências de homicídios tendo sido remetidas, como inquéritos, ao Ministério Público. Todavia, dos inquéritos remetidos (2.928), apenas 111 (4%) foram imediatamente denunciados, enquanto que 82% foram devolvidos para a polícia civil para novas diligências (MISSE, 2009).

metodologia utilizada, e posteriormente são examinados os resultados da pesquisa. Por fim, são esboçadas as considerações finais sobre o presente estudo, enfatizando-se os seus principais achados e contribuições.

CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS GERAIS DOS HOMICÍDIOS

As pesquisas e as informações sistemáticas sobre violência homicida em nível de país, estados e municípios já esclareceram muitas de suas características gerais.

Considerando as 56.337 agressões intencionais fatais do ano de 2012 registradas na base nacional de dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde², verifica-se que,

- a) quanto ao meio utilizado, 40.077 (71%) foram provocadas por arma de fogo;
- b) quanto às vítimas, 51.544 eram homens (91%) e 4.719 mulheres (8%). No tocante à idade, 30.072 das vítimas (53%) possuíam entre 15 e 29 anos³.

Dados aproximados a respeito dos perpetradores dos homicídios podem ser acessados nas estatísticas prisionais. Dos condenados por homicídio que estavam presos em dezembro de 2012, 97% eram homens e 3% mulheres. 7% do total de mulheres presas foram condenadas por homicídio, contra 14% dos presos homens (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

No tocante à distribuição geográfica, o Mapa da Violência de 2010 – que contemplou o período 1997 a 2007 (WAISELFISZ, 2010) – mostrou que as taxas brasileiras permaneceram praticamente inalteradas, passando de 25,4 para 25,2 homicídios por 100.000 habitantes. Entretanto, dentro do país há grande disparidade quanto à distribuição da violência homicida, com quatro regiões registrando crescimento naquele período: Norte (98%), Nordeste (77%), Sul (63%) e Centro Oeste (34%). A região Sudeste foi a única a registrar decréscimo das mortes, em -20%, embora os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo tenham apresentado variações positivas, em 214% e 32%, respectivamente. Em 2011, os cinco estados com taxas mais altas do país foram: Alagoas (72,7 homicídios por 100.000 habitantes), Espírito Santo (47,8), Paraíba (43) e Pará (40,6).

Quanto aos municípios, o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2010) assinalou uma suposta reversão da evolução dos homicídios: nas capitais eles teriam estagnado ou diminuído e nas cidades interioranas estariam crescendo. Ao analisarmos este último achado do citado Mapa, postulamos que as tendências municipais precisam ser mais bem especificadas, uma vez que a variável populacional deve ser levada em

² Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nirs.def>>.

³ Após promulgação do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013, artigo 1º, § 1º), o Brasil passou a considerar jovem o indivíduo com idade entre 15 e 29 anos, ampliando o limite superior de 24 anos anteriormente utilizado nas pesquisas sobre jovens.

conta na análise das séries históricas, para além da localização metropolitana ou interiorana do município. Por outro lado, o recorte temporal utilizado (mais curto ou mais longo) também altera a forma de visualização das tendências. Em estudo anterior (SCHABBACH, 2013a), mostramos as seguintes tendências para o estado do Rio Grande do Sul, relativas a um intervalo temporal de 19 anos.

Visualizando-se na Tabela 1 o comportamento dos homicídios no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul no período de 1991 a 2010, percebe-se um crescimento de, respectivamente, 7% e 2% (quanto à média das variações anuais)⁴, enquanto em nível intraestadual destacam-se duas tendências opostas: a) elevação das taxas em Porto Alegre e nos municípios metropolitanos com 100.000 ou mais habitantes (média das variações anuais de, respectivamente, 8% e 7%); b) redução ou estabilização das taxas – o decréscimo nos municípios interioranos com menos de 100.000 habitantes (-2%) e a estabilização nos municípios metropolitanos com menos de 100.000 habitantes e nos interioranos com 100.000 ou mais habitantes. Além disso, nota-se que os valores das taxas dos municípios metropolitanos com 100.000 ou mais habitantes superam, em duas ou mais vezes, os índices dos outros espaços sociais.

Portanto, o comportamento das taxas de homicídios no contexto do estado do Rio Grande do Sul é sensível à localização dos municípios (na Região Metropolitana de Porto Alegre ou no interior do estado) e ao seu tamanho (acima ou abaixo de 100.000 habitantes). Em relação ao que foi apontado no citado Mapa da Violência, e considerando-se o período de 1996 a 2010 (utilizado na tabela 1, que é mais longo do que o do citado Mapa), concorda-se que os municípios interioranos vêm apresentando certo crescimento da violência homicida desde meados da década de 1990, sobretudo os mais populosos. Todavia, quanto às taxas de homicídios nos municípios metropolitanos não se observa uma estagnação ou decréscimo linear, pois internamente os movimentos são divergentes e correlacionados com o respectivo tamanho populacional: nos municípios com 100.000 ou mais habitantes (exceto Porto Alegre), houve um crescimento constante das taxas de 1996 a 2010, e, na capital, até 2007, a partir daí os homicídios decresceram. Por outro lado, os municípios metropolitanos com menos de 100.000 habitantes apresentaram estagnação ou leve decréscimo da violência no período analisado.

O comportamento da violência homicida em Porto Alegre no período 1991 a 2012 aparece no Gráfico 1. Nele, podemos observar que as taxas de homicídio por 100.000 habitantes oscilaram entre 18 (o menor valor, em 2003) e 48 (o maior valor, em 2007). O número absoluto de mortes nestes dois anos foi de 226 e 688, respectivamente. No início da série, em 1991, ocorreram 372 homicídios, o que

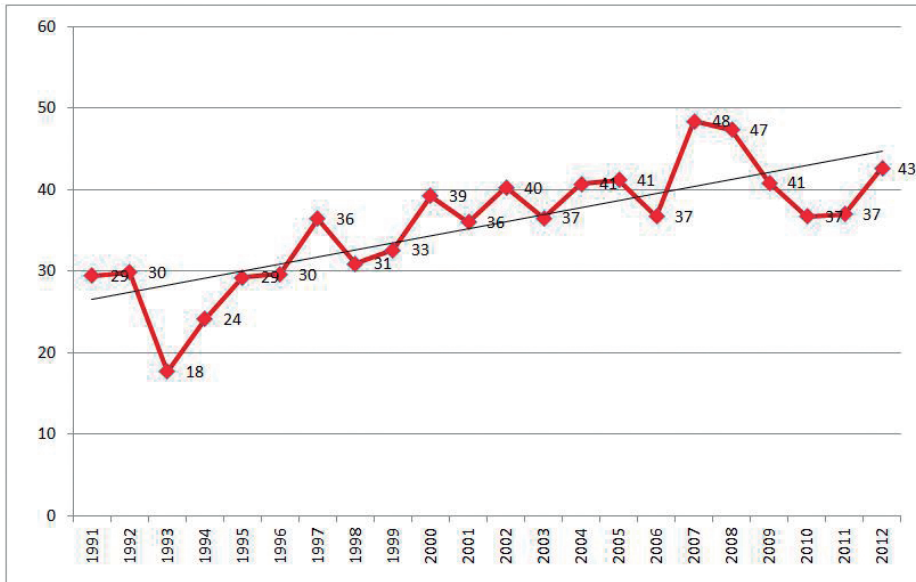
⁴ A *média das variações* das taxas de um ano a outro incorpora e equilibra as oscilações anuais ocorridas ao longo do período de 1991 a 2010. Por sua vez, a *variação no período* compara a taxa observada no último ano da série com a do primeiro ano, sem considerar as oscilações intermediárias.

Tabela 1: Taxas de homicídios por 100.000 habitantes no Brasil, Rio Grande do Sul e espaços intraestaduais – 1991-2010

| Taxas de homicídios por 100.000 habitantes | Variação no período | | | | Média das variações anuais | | |
|--|---------------------|------|------|------|----------------------------|------|-----|
| | 1991 | 1996 | 2000 | 2007 | | 2010 | |
| Brasil | 20,9 | 24,8 | 26,7 | 25,9 | 27,4 | 31% | 7% |
| Rio Grande do Sul | 18,4 | 15,2 | 16,3 | 20,5 | 19,3 | 5% | 2% |
| RS - Região Metropolitana, municípios com menos de 100.000 habitantes | 14,8 | 13,9 | 14,0 | 16,6 | 14,6 | -1% | 0% |
| RS - Região Metropolitana, municípios com 100.000 ou + habitantes, exclusive POA | 25,1 | 22,7 | 22,5 | 31,2 | 31,2 | 24% | 7% |
| RS - Porto Alegre | 29,4 | 29,6 | 39,2 | 48,4 | 36,8 | 25% | 8% |
| RS - Interior do estado – municípios com menos de 100.000 habitantes | 12,6 | 9,1 | 9,4 | 10,6 | 11,1 | -12% | -2% |
| RS - Interior do estado – municípios com 100.000 ou + habitantes | 21,5 | 14,8 | 12,4 | 16,5 | 18,7 | -13% | 0% |

Notas: 1) A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) corresponde à sua definição legal e abrange 31 municípios, incorporados até 2010. O município de Rolante, incorporado em 5 de agosto de 2010 não foi considerado como fazendo parte da RMPA. 2) Consideram-se os homicídios por local de ocorrência.

Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em <<http://www.datasus.gov.br>>; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Cálculos efetuados pela autora.

Gráfico 1: Distribuição das taxas de homicídio em Porto Alegre/RS, 1991 a 2012

Nota: Consideraram-se os homicídios por local de ocorrência.

Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Cálculos efetuados pela autora.

corresponde a uma taxa de 29 homicídios por 100.000 habitantes, e, no último ano, houve 601 mortes, representando uma taxa de 43 homicídios por 100.000 habitantes. Examinando-se a variação entre a taxa inicial e a final, percebe-se um crescimento de 45%; já a média das variações anuais, que dilui as oscilações internas do período, ficou em 3%.

DESIGUALDADE, POBREZA E VIOLÊNCIA

Desigualdade

Desigualdade social pode ser considerada como a existência de relações hierárquicas entre os grupos societários, sendo elas produzidas pela distribuição diferenciada de recursos socialmente valorados, tais como renda e propriedades, escolaridade, capital político, prestígio, dentre outros. Nessa configuração, as posições superiores usufruem de vantagens e privilégios (poder, prestígio, *status*) em relação às inferiores (GALLIANO, 1981). Atributos como classe social de pertencimento, profissão, afiliação religiosa, gênero, etnia, idade incidem diretamente nas posições

ocupadas pelos indivíduos. Trata-se de um fato social encontrado, em maior ou menor grau, em todas as sociedades, de todas as épocas históricas. Enquanto fenômeno multidimensional, a desigualdade não se resume à pobreza ou à privação de renda, envolvendo um conjunto de processos sociais, mecanismos e experiências coletivas (DUBET, 2003).

Conforme a abordagem das capacitações de Amartya Sen, desigualdade seria a ausência de liberdade decorrente da privação das capacidades vitais dos indivíduos⁵. Neste sentido, o aumento das liberdades substantivas dos cidadãos incrementa suas capacidades individuais de produzir bem-estar. Tais liberdades incluem: liberdades econômicas, como a participação no comércio e na produção; liberdades políticas por meio de eleições e livre expressão do pensamento; oportunidades sociais por meio do acesso a políticas de saúde e educação; garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2010). Quanto às dinâmicas atuais relacionadas com a desigualdade em nível mundial, Dubet (2003) destaca três situações: as desigualdades reduzidas, as aumentadas e as multiplicadas. Dentre as primeiras, o autor ressalta que, desde a década de 1970, as barreiras intransponíveis foram reduzidas a níveis mais sutis de desigualdade (por exemplo, o modelo de carro, o convênio de saúde, o destino das férias), houve uma expansão do acesso a bens de consumo e as mulheres ingressaram maciçamente no mercado de trabalho. Entre as desigualdades aumentadas, ele cita a fragmentação do trabalho, que dividiu os trabalhadores entre empregados, desempregados e informais, e reforçou as diferenças em termos de sexo, idade, educação e origem étnica. Diante disso, o que se observa atualmente são vários conjuntos profissionais constituídos a partir de diferentes contratos de trabalho, renda e posição nas áreas de atividade específicas. Por fim, as desigualdades multiplicadas referem-se a registros como: a permanência da desigualdade de gênero (diferenças salariais e de posto de trabalho, dupla jornada) em paralelo à maior participação feminina no mercado de trabalho; a integração segregada dos imigrantes na França, com a criação de zonas étnicas de confinamento nos bairros mais pobres; a desigualdade entre classes de idade (por exemplo, os jovens seriam mais atingidos pelo desemprego e pela incerteza do que os adultos); e as desigualdades regionais quanto à saúde, transporte, educação, salário, renda e oferta de emprego. Na América Latina, a desigualdade social existe desde a ocupação do continente e está relacionada com os modelos de desenvolvimento adotados por seus países. Segundo dados do

⁵ Capacidades vitais envolvem, dentre outros aspectos: vida com duração normal; saúde e integridade física (com relação à agressão e à discriminação social ou reprodutiva); sentidos, imaginação e pensamento; emoções, capacidade de ter vínculos não discriminatórios, liberdade do medo e do trauma opressivos; razão prática; ludicidade; viver em harmonia com a natureza e outras espécies (NUSSBAUM, 2000 *apud* THERBORN, 2001, p. 130). Para Comim; Bagolin (2002), a abordagem da capacitação é um quadro para a análise de vários arranjos sociais, desigualdade, justiça, pobreza, qualidade de vida e bem-estar, porém, não é uma teoria substantiva acerca de cada uma destas questões.

Banco Mundial, o índice de Gini⁶ da região da América Latina e Caribe foi de 51 (média de 2004 a 2010), enquanto que o valor mundial atingiu 41. Não obstante, nos últimos anos verifica-se um leve declínio da desigualdade na região, em torno de 5%, que fez com que o índice passasse de 51,6 em 2004 para 49,1 em 2010, conforme dados do Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2014).⁷

Além de histórica, a desigualdade latino-americana tem raízes estruturais, como aparece neste trecho de informe da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL):[...] ela [a inequidade] reflete estruturas econômicas, sociais, de gênero e étnicas altamente segregadas que se reproduzem intergeracionalmente através de múltiplos canais. Portanto, o eixo deste esforço deve romper os canais de reprodução intergeracional da pobreza e da desigualdade – o educacional, o ocupacional, o patrimonial e o demográfico – e as barreiras da discriminação por gênero e etnia, que agravam os seus efeitos (CEPAL, 2000, p. 15, tradução nossa).

A fim de operacionalizar tal conceito em indicadores, pesquisadores têm procurado ampliar a gama de variáveis contempladas, no sentido de ir além de sua dimensão mais específica, de privação de renda. Todavia, mesmo que partindo de um conceito mais abrangente, a ausência de dados correspondentes, principalmente para microterritórios, muitas vezes não permite a incorporação de outras dimensões além da renda.

O *proxy* de desigualdade mais utilizado é o índice de GINI (ou o seu similar, o Índice L de Theil), que mede o grau de concentração de determinada distribuição (renda familiar *per capita*, rendimento dos responsáveis por domicílio, concentração fundiária etc.). Outro indicador similar é a razão de renda, que mede a incidência relativa dos rendimentos altos sobre os baixos em determinada população, como é o caso da razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres em determinado espaço social, utilizado no Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ao comparar países, Therborn (2001), por exemplo, utiliza como indicadores de desigualdade: renda (PIB *per capita*), expectativa de vida e mortalidade infantil. Em nível intramunicipal, Barcellos *et al.* (1986) identificaram a distribuição desigual de meios coletivos de consumo providos pelo Estado (educação, transporte coletivo, serviços de saúde, previdência social, habitação e lazer) na cidade de Porto Alegre,

6 O Índice de GINI mede a extensão pela qual a distribuição de renda (ou, em alguns casos, as despesas de consumo) entre indivíduos ou domicílios dentro de uma economia desvia de uma distribuição perfeitamente igualitária. Uma curva de Lorenz distribui as percentagens cumulativas da renda total recebida em relação ao número cumulativo de recebedores, começando com o indivíduo ou domicílio mais pobre. O Índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e a linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como percentual da área máxima sob a linha. Então o valor 0 representa a perfeita igualdade e o valor 100, a desigualdade perfeita (THE WORLD BANK, 2014).

7 Considerando todos os 214 países mapeados pelo Banco Mundial, o declínio do GINI global foi de 4% entre 2004 e 2010, passando de 41,8 para 39,9 (THE WORLD BANK, 2014).

demonstrando a ausência deles nas áreas de baixa renda, onde se observa o comprometimento das condições de vida da população.

Estes são exemplos de agregações mais abrangentes – países, bairros – distintas daquelas tradicionalmente vinculadas à noção de desigualdade: indivíduos, grupos e classes sociais. A comparação entre unidades de análise similares requer, assim, o uso de informações adequadas e disponíveis para todos os espaços.

Pobreza

Em geral, as definições de pobreza acompanham estratégias para mensurá-la, e estas, por sua vez, estão inseridas nos processos de implementação de políticas sociais direcionadas aos setores mais vulneráveis da população, as quais, em anos recentes, têm focalizado os canais intergeracionais e intrafamiliares de reprodução da privação. Apresentamos inicialmente a definição utilizada pela CEPAL:

A noção de pobreza expressa situações de carência de recursos econômicos ou de condições de vida que a sociedade considera básicos de acordo com normas sociais de referência que refletem direitos sociais mínimos e objetivos públicos. Estas normas expressam-se em termos tanto absolutos quanto relativos, e são variáveis no tempo e nos diferentes espaços nacionais (CEPAL, 2000, p. 83, tradução nossa).

A esta definição acrescentamos que os padrões de referência para se definir pobreza variam não apenas entre os países, mas também internamente a eles, dentro de estados e municípios.

Os critérios utilizados para medir pobreza são vários, envolvendo, por exemplo, conforme o informe da CEPAL (2000)⁸:

- a) Aspectos monetários: a pobreza indica a carência de renda suficiente em relação a um limite de ingresso absoluto – a linha de pobreza – que pode ser estabelecida de diferentes formas: através da renda familiar, do custo de uma cesta básica de consumo individual ou familiar (abrangendo alimentos, moradia, vestuário, artigos domésticos etc.), do total de calorias diárias consumidas, de um valor monetário diário em moeda nacional. A intensidade da pobreza, nesse caso, representaria a distância dos indivíduos ou famílias em relação à linha da pobreza.
- b) Satisfação de necessidades fundamentais ou básicas: além do custo de uma cesta básica, este critério inclui o acesso a serviços básicos (saúde e educação, água potável, coleta de lixo, rede de esgoto, energia e transporte público). Para Comin e Bagolin (2002), esta perspectiva privilegia como unidade de análise os domicílios, ao invés dos indivíduos.

⁸ Os aspectos citados também aparecem em Comin e Bagolin (2002).

- c) Capacidades (ou capacitações) que propiciam aos indivíduos uma vida digna, na perspectiva de Amartya Sen (2010). De acordo com este enfoque, o bem-estar não se associa apenas com renda, bens ou serviços, mas com a adequação entre os meios econômicos e a propensão das pessoas em convertê-los em capacidades para atuar em ambientes sociais particulares.

A pobreza é definida, então, não como uma carência de bens frente a necessidades fundamentais, e sim de acordo com a realização de certas funções básicas e a aquisição das capacidades correspondentes. Lutar contra a pobreza consistiria então em oferecer as possibilidades para emancipar-se dela (CEPAL, 2000, p. 78, tradução nossa).

Em adendo, Comin e Bagolin (2002) salientam que, porquanto os indivíduos são diferentes, as suas capacitações não podem ser avaliadas exclusivamente com base nos recursos que possuem, devendo ser considerado o que eles são capazes de ser ou de fazer com esses recursos. Sendo assim, as capacitações sempre são possibilidades.

- d) Exclusão social: dentro de uma visão mais ampla do que a perspectiva individual, trata-se de uma situação relacionada com a não participação em quatro sistemas de integração social (o democrático e jurídico, o do mercado de trabalho, o de proteção social, e o da família e comunidade).

A exclusão plasma-se em trajetórias individuais nas quais se acumulam e reforçam privações e rupturas, acompanhadas de mecanismos de rejeição, que em muitos casos são comuns a grupos de pessoas que compartilham certa característica (de gênero, étnica, religiosa). Isto se expressa, por exemplo, em barreiras para o desempenho de certos ofícios, o confinamento a empregos que não favorecem a mobilidade social, ou a discriminação em outros aspectos da vida cotidiana. [...] Pobreza e ausência de cidadania muitas vezes andam de mãos dadas (CEPAL, 2000, p. 84 e 45, tradução nossa).

Ademais, Comin e Bagolin (2002) ressaltam que a pobreza envolve aspectos absolutos (quando independe do padrão particular de vida ou de bem-estar da sociedade) e relativos (quando é levado em conta o estilo de vida societário).

Sendo um fenômeno com múltiplas dimensões e causas entrelaçadas, é impossível ter-se uma visão completa da pobreza com apenas um indicador. Diante disso, desde meados da década de 1990, estão sendo elaborados, por agências internacionais como a ONU e o Banco Mundial, indicadores compostos e/ou sintéticos, que buscam medir a pobreza para além da renda ou de outro critério monetário. Entre esses, podemos citar o Índice de Pobreza Humana do PNUD, que incorpora baixa longevidade, falta de educação básica e limitado acesso a serviços básicos. Outro indicador é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que contempla os componentes de renda, educação e saúde.

Pobreza não se confunde com desigualdade, esta última um conceito relacional. Uma pode existir sem a outra: sociedades podem ser pobres sem ser desiguais, ou não possuírem distâncias demasiado extensas entre as posições superiores e inferiores dos grupos sociais. A seleção de um ou outro dos fenômenos tem a ver com estratégias distintas de mobilização e intervenção social, conforme Therborn:

Preocupar-se com a desigualdade, em vez de apenas com a pobreza, significa preocupar-se com a maneira como toda a sociedade é estruturada e não apenas com o seu pior aspecto. Assim sendo, a preocupação com a desigualdade é mais propícia à auto-organização e mobilização dos próprios desfavorecidos, ao conflito social e à transformação social em grande escala do que a preocupação com a pobreza, pois esta tem uma orientação mais naturalmente filantrópica. Na política igualitária, pode ser mais fácil voltar-se basicamente para a desigualdade dos ricos, como um alvo da crítica social (THERBORN, 2001, p. 132-133).

A relação entre desigualdade, pobreza e violência

No Brasil, a desigualdade social é recorrentemente citada como uma das principais causas da violência e da criminalidade, tanto em estudos acadêmicos quanto em debates públicos.

Para Pinheiro (1997), a desigualdade, a pobreza e a exclusão social resultantes das políticas neoliberais seriam propulsoras da violência urbana. Além disso, o alto índice de jovens e pobres envolvidos com o crime demonstra a relação entre pobreza e violência, pois, para eles, a criminalidade tornou-se um canal rápido de mobilidade social (PINHEIRO, 1997, p. 46). Cardia (1998, p. 136) comenta que a violência ocorre mais em áreas urbanas com pouca infraestrutura: ruas sem asfalto, sem iluminação pública, de difícil acesso para veículos, com transporte público deficiente, com poucas e precárias escolas públicas ou espaços coletivos.

Todavia, para alguns autores, não existe uma associação linear entre violência, pobreza e desigualdade:

Pobreza, miséria e desigualdade não explicam a violência, mas são indiscutivelmente fatores básicos para a constituição de um campo propício ao desenvolvimento de violências dos mais diferentes tipos. O Brasil é um país de desenvolvimento desequilibrado, de grandes desigualdades entre os grupos sociais. Não existem as garantias mínimas de sobrevivência para a maior parte da população, que está longe de ter seus problemas de alimentação, habitação, terra, saúde e educação satisfeitos. Mas tudo isso não justifica simples e linearmente a questão da violência (VELHO, 1987, p. 3).

Em paralelo, as pesquisas sobre a relação entre desigualdade e homicídios apresentam resultados divergentes, conforme o nível de agregação considerado.

Resultados comparativos entre países, como os da Organização Mundial da Saúde, sinalizam que os países pobres e mais desiguais tendem a apresentar taxas de homicídio mais altas do que os países mais ricos e igualitários (CANO; SANTOS, 2001,

p. 82). Já para estados brasileiros, Cano e Santos (2001) não encontraram associação estatisticamente significativa entre desigualdade de renda (medida pelo Índice L de Theil) e taxas de homicídios, sendo mais influente a urbanização.

Analisando várias pesquisas sobre homicídios, Soares (2008) comenta que o impacto da desigualdade sobre os homicídios dentro de países (entre estados, entre cidades ou áreas metropolitanas) não é tão forte ou consistente a ponto de requerer uma teoria específica.

Todavia, há certo consenso entre os pesquisadores brasileiros, com base em achados empíricos, de que a associação entre pobreza e homicídios atua mais no interior das cidades, especialmente as metropolitanas. Os resultados de pesquisas realizadas em vários municípios brasileiros, desde a década de 1990, permitiram concluir que os homicídios prevalecem em áreas mais pobres, com maior analfabetismo, urbanização precária e baixos níveis de satisfação das necessidades básicas e de provimento de serviços públicos. Em contrapartida, nas áreas centrais ou mais nobres, com maior concentração ou circulação de riquezas, são mais frequentes os crimes contra o patrimônio⁹.

Para Cano e Santos (2001), a maior incidência da violência letal em bairros pobres revela que a renda é um fator de proteção contra a violência letal, pois os indivíduos com renda alta são menos propensos a serem mortos do que os de renda baixa. A renda elevada permite maiores gastos com serviços e equipamentos de segurança e a possibilidade de morar em zonas com maior qualidade de vida e mais policiadas. Já Soares (2008) comenta que as favelas possuem muitas condições facilitadoras e poucas dissuasórias da violência letal, comparativamente às áreas nobres e de classe média.

No âmbito da sociologia criminal, a constatação da existência de relação entre desigualdade, pobreza e violência no interior das cidades remete, inicialmente, à abordagem da Ecologia Humana (ou Escola de Chicago), que defendia que as distâncias geográficas encontradas nas cidades representam distâncias sociais, expressadas nos seguintes diferenciais: infraestrutura urbana, valor do solo, qualidade das moradias, provimento de serviços sociais básicos e maior ou menor segurança. Para alguns de seus principais representantes, como Park *et al.* (1925), Burgess (1924) e McKenzie (1924), a expansão urbana acelerada (resultante de processos como: crescimento das cidades, divisão do trabalho, multiplicação dos meios de transporte e comunicação, perda de influência das formas tradicionais de controle social) produz desorganização social, representada pelo crescimento de doenças, dos crimes, da prostituição, das desordens, da insanidade e dos suicídios (EUFRÁSIO, 1999, p. 88-89).

⁹ Destacam-se, dentre outras, as pesquisas realizadas nos seguintes municípios brasileiros: São Paulo (CEDEC, 1996a, IZUMINO; NEME, 2002), Rio de Janeiro (CEDEC, 1997a; CANO, 1997, CANO; SANTOS, 2001, DIRK, 2011), Salvador (CEDEC, 1997b), Curitiba (CEDEC, 1996b), Brasília (SOARES, 2009), Porto Alegre (TAVARES DOS SANTOS; RUSSO, 2003).

Além disso, quando o crescimento e a modernização não são acompanhados de uma infraestrutura apropriada, surgem áreas socialmente desorganizadas e segregadas, como as favelas e os guetos, onde são mais incidentes as práticas criminais e violentas.

Considerando-se o âmbito grupal ou individual, outra categoria que se refere à relação entre desigualdade, pobreza e violência, é a noção de privação relativa, que indica a distância entre o ideal de sucesso da sociedade e a situação específica vivenciada pelo indivíduo. Neste caso, além de aspectos substantivos, também é incorporada a dimensão subjetiva, ou seja, a reação individual frente a uma suposta privação. O conceito de privação relativa aparece nos trabalhos de Merton (1958) e de Agnew (1992). Em sua teoria do estresse geral, o último autor diferencia aspirações (metas ideais) de expectativas (baseadas em experiências passadas ou na comparação com os outros). Diferentemente das metas societárias, as expectativas sempre são relativas, pois os indivíduos avaliam a sua situação comparando-a com a dos outros. Para ambos os autores, a violência resultaria da frustração dos indivíduos impedidos de realizar os objetivos socialmente legítimos.

Outro autor que discute a relação entre privação relativa e crime é Coser (1982). Para ele, o crime ocorre quando riqueza e pobreza são próximas, uma vez que: “[...] o sentimento de privação resulta menos de uma frustração total do que do ressentimento entre a própria sorte comparada com a das outras pessoas ou grupos, que servem como medida de referência”. Por outro lado, quando as pessoas não têm consciência de estarem privadas de direitos e privilégios, podem não reagir: “Pois estas duas certezas – de sucesso ou de ausência de sucesso – podem proteger contra a frustração” (COSER, 1982, p. 116 e 117, tradução nossa). Ambas as perspectivas teóricas – Ecologia Humana e Privação Relativa – conduzem à suposição de que o crime e a violência prevalecem em áreas deterioradas próximas de vizinhanças afluentes, onde se percebe uma contiguidade entre pobreza e riqueza.

METODOLOGIA

Para responder às questões centrais da pesquisa utilizamos dados secundários obtidos de três fontes: a) Secretaria de Segurança do estado do Rio Grande do Sul, SSP-RS (variável dependente = eventos letais, soma de homicídios e lesões corporais seguidas de morte); b) Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, IBGE (variáveis independentes = dados socioeconômicos); e c) Observatório da cidade de Porto Alegre, OBSERVAPOA (variável independente somente para o 2º período = domicílios com iluminação pública no entorno).

As unidades de análise representam os bairros oficiais contabilizados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000, totalizando 78. Informações de bairros criados posteriormente e que não apareciam naquele Censo foram incorporados aos bairros de origem e/ou mais próximos, como é explicado mais adiante.

Para a análise dos eventos letais e fatores correlatos, dividimos o intervalo temporal da variável dependente (de quatorze anos) em dois períodos, com as agregações correspondentes:

- a) Período entre 2000 e 2006 – Variável dependente: média das ocorrências de eventos letais contabilizados entre 2000 e 2006; Variáveis independentes: dados do Censo Demográfico de 2000.
- b) Período entre 2007 e 2013 – Variável dependente: média das ocorrências de eventos letais contabilizados entre 2007 e 2013; Variáveis independentes: dados do Censo Demográfico de 2010.

Para a análise do comportamento dos homicídios nos bairros que receberam projetos de prevenção do PRONASCI, consideramos todos os anos do intervalo temporal.

Os procedimentos detalhados a seguir foram utilizados para a elaboração das variáveis dependente e independentes.

Variável Dependente

A variável dependente é representada pela proporção de homicídios e lesões corporais seguidas de morte para cada bairro, em relação ao total de Porto Alegre. Para o estudo dos fatores associados à violência, não utilizamos taxas por 100.000 habitantes devido à reduzida população de 14 bairros de Porto Alegre que possuem menos de 5.000 habitantes, fato que infla a taxa de eventos letais, ainda que os fatos sejam pouco frequentes.

Para obter a variável dependente, solicitamos lista das ocorrências policiais registradas¹⁰ de homicídio, lesões corporais seguidas de morte, latrocínio e encontro de cadáver para os anos de 2000 a 2013 e abrangendo todos os municípios do RS, à Central do Cidadão do governo do estado do Rio Grande do Sul. As listas de ocorrências deveriam conter informações sobre data e hora do fato e endereço (logradouro, número, bairro, ponto de referência). Os dados foram recebidos no formato de planilha Excel por correio eletrônico, em dois momentos, 04 de dezembro de 2012 (ocorrências de 2000 a 2011) e 17 de julho de 2014 (ocorrências de 2012 e 2013).

Os registros da cidade de Porto Alegre no período totalizaram 6.968. Muitos deles não continham informação sobre endereço ou bairro, mas possuíam indicações

¹⁰ Nas ocorrências policiais deve ser registrado o local do fato (endereço com logradouro, número e ponto de referência), onde aconteceu o conflito que resultou em morte, que nem sempre coincide com o local do óbito, que pode ser o endereço do hospital. Todavia, muitas vezes esta informação inexistente nas ocorrências registradas e/ou nos sistemas de informação da Secretaria de Segurança Pública do RS.

do ponto de referência. Além disso, muitas informações de endereço ou de bairro estavam imprecisas ou incorretas, razão pela qual foi necessário conferi-las. Para obter o maior número de indexações de bairros, consultamos o mapa oficial dos logradouros e bairros de Porto Alegre (*site* da Prefeitura Municipal), *sites* corporativos na *internet* que continham endereço de empresas, estabelecimentos comerciais, associações de moradores e outros locais indicados como de referência.

As totalizações das ocorrências de morte aparecem na Tabela 2. A variável dependente é aqui representada pela soma de homicídios e lesões corporais com morte, uma vez que os latrocínios referem-se a mortes decorrentes de roubo (as circunstâncias diferem da maioria dos homicídios) e, no caso do encontro de cadáver, os fatos podem ou não estar associados com morte violenta.

Como se observa na tabela abaixo, do conjunto de ocorrências relativas aos dois fatos abarcados na pesquisa (5.236), em 4.018 casos (77%) foi possível identificar o bairro, sendo estes, então, aproveitados para o estudo intramunicipal, supondo-se que os casos descartados (por ausência ou erro de informação) estejam distribuídos aleatoriamente no conjunto das unidades de análise.

Os registros indexados para bairros ainda não legalizados ou criados depois de 2010 foram incorporados aos bairros originários ou próximos. Da mesma forma os dados sobre eventos letais e socioeconômicos relativos ao bairro Jardim Isabel, criado em 2009 e sem informações retroativas a 2000. Este procedimento é sintetizado no quadro 1.

Quadro 1: Agregação dos bairros não oficiais ou criados após 2009

| Bairros não oficiais ou criados depois de 2010 | Total de eventos letais entre 2000 e 2013 | Bairro de destino das informações |
|--|---|-----------------------------------|
| Campo Novo (criado em 2011) + Aberta dos Morros (não oficial) | 60 | Belém Velho |
| Chapéu do Sol (criado em 2011) | 09 | Belém Novo |
| Morro Santana + Vila Protásio Alves (não oficial) | 104 | Mario Quintana |
| Passo das Pedras (não oficial) | 69 | Rubem Berta |
| Jardim Isabel (criado em 2009, mas sem dados para 2000) | – | Ipanema* |
| Total de casos | 242 | |

Nota: Eventos letais correspondem aos homicídios e lesões corporais seguidas de morte.

*Neste caso, apenas os dados do Censo Demográfico de 2010 referentes ao bairro Jardim Isabel foram incorporados aos do bairro Ipanema, uma vez que o primeiro não existia em 2000.

Fonte: SSP-RS (2012, 2014). Informações das ocorrências policiais indexadas e organizadas pela autora. Cálculos efetuados pela autora.

Tabela 2: Distribuição dos dados analisados por tipo de evento letal e identificação ou não do bairro de ocorrência – Porto Alegre, 2000 a 2013

| Situações | Homicídio e lesão corporal seguida de morte | Encontro de cadáver e latrocínio | Total |
|--|---|----------------------------------|--------------|
| Com bairro identificado | 4.018 | 1.338 | 5.356 |
| Morte dentro de táxi, ônibus, presídio ou lago Guaíba (afogamento) | 04 | 02 | 06 |
| Morte em presídio | 14 | 11 | 25 |
| Morte em hospital ou no Departamento Médico Legal | 271 | 14 | 285 |
| Informação incompleta sobre logradouro ou bairro | 360 | 128 | 488 |
| Nenhuma informação sobre logradouro ou bairro | 559 | 235 | 794 |
| Outra cidade ou caso repetido | 10 | 04 | 14 |
| Total | 5.236 | 1.732 | 6.968 |
| % dos casos com bairro identificado | 77% | 77% | 77% |

Fonte: SSP-RS (2012, 2014). Informações das ocorrências policiais indexadas e organizadas pela autora. Cálculos efetuados pela autora.

Por fim, aplicamos para a nossa amostra de casos a mesma incidência de vítimas jovens entre os óbitos por agressão registrados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/Ministério da Saúde), no período 2000 a 2012, onde em 51% das mortes (média de todos os anos), a vítima possuía entre 15 e 29 anos. A partir daí, elaboramos a proporção de eventos letais entre jovens de 15 a 29 anos.

A lista da distribuição proporcional e das taxas de homicídios e lesões corporais com morte pelos bairros de Porto Alegre, em ambos os períodos (2000 a 2006; 2007 a 2013), consta no Apêndice.

Variáveis Independentes

As variáveis independentes, em nível de bairros, foram elaboradas a partir das informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010) e do ObservaPoa (2014), no tocante à variável iluminação pública. A partir daí, foram calculados os seguintes indicadores:

- a) População em 2000 e 2010.
- b) População jovem: % de pessoas entre 15 e 29 anos de idade sobre a população total.
- c) População idosa: % de pessoas de 65 ou mais anos de idade sobre a população total.
- d) Alta renda: % dos responsáveis que recebem mais de dez salários mínimos mensais sobre o total de responsáveis por domicílios particulares permanentes.
- e) Baixa renda: % dos responsáveis que recebem até dois salários mínimos mensais sobre o total de responsáveis por domicílios particulares permanentes.
- f) Presença de alta renda sobre baixa renda: Razão entre o % de responsáveis que recebem mais de dez salários mínimos sobre o % de responsáveis que recebem até dois salários mínimos.
- g) Densidade domiciliar: número médio de moradores por domicílio particular permanente.
- h) Mulher responsável: % dos responsáveis do sexo feminino sobre o total de responsáveis por domicílios particulares permanentes.
- i) Escolaridade: % de responsáveis alfabetizados sobre o total de responsáveis por domicílios particulares permanentes.

- j) Serviços públicos: % de domicílios particulares permanentes com esgoto da rede geral, % de domicílios particulares permanentes com água da rede geral, e % de domicílios particulares permanentes com iluminação pública (apenas para o último período)¹¹.

Essas variáveis foram submetidas a um teste de multicolinearidade (considerando um coeficiente de Pierson próximo ou acima de 0,800), para se evitar a alta correlação entre elas (quando o efeito de uma variável pode se sobrepor ao de suas colineares e vice-versa). O Quadro 2 apresenta as correlações, onde as variáveis mantidas aparecem na coluna à esquerda, em negrito.

Visualizando-se, no quadro abaixo, as altas correlações entre as variáveis independentes, percebemos duas variáveis que sintetizam outras: % de responsáveis que recebem até dois salários mínimos (negativamente correlacionada com % de responsáveis alfabetizados e % de responsáveis que recebem dez ou mais salários mínimos), população (positivamente correlacionada com população jovem, de 15 a 29 anos).

Por fim, verificamos que as seguintes variáveis correlacionaram-se com o percentual de eventos letais (variável dependente): % de eventos letais jovens (1,000**, em ambos os períodos), percentual de eventos letais no segundo período (correlacionada com percentual de eventos letais no primeiro período, em 0,929**).

Procedimentos estatísticos para a análise dos dados

Para realizarmos a análise das associações entre as variáveis dependente e independentes, utilizamos dois procedimentos no *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS[®]), relativamente aos dois intervalos temporais, conforme segue:

- a) Análise de correspondências múltiplas, com gráficos dispondo as variáveis e os casos associados.

No SSPS[®] selecionamos a operação *Dimension Reduction/Optimal Scaling* e após a **Análise Categórica de Componentes Principais (CAPTA)**, cujo objetivo é **reduzir um conjunto de variáveis para um grupo menor de componentes**, que guardam a maioria da informação dos indicadores iniciais. Essa técnica é útil quando um grande grupo de variáveis não permite a interpretação efetiva das relações entre as unidades de análise. A redução da dimensionalidade permite a

¹¹ Como o OBSERVAPOA não considera os mesmos bairros oficiais constantes no IBGE, fizemos as transferências das informações para as unidades de análise consideradas na pesquisa. O bairro Marclio Dias não consta nas análises do Observatório, razão pela qual utilizamos a média dos domicílios com iluminação pública no entorno referente à sua região do Orçamento Participativo, qual seja, Humaitá – Navegantes.

Quadro 2: Correlações bivariadas iguais ou acima de 0,800 entre as variáveis independentes

| Colineares mantidas | Variáveis independentes | |
|--|--|--|
| | Período 2000 a 2006 | Período 2007 a 2013 |
| | % de responsáveis alfabetizados (-0,942**) | % de responsáveis alfabetizados (-0,858**) |
| % de responsáveis que recebem até 2 salários mínimos | % de responsáveis que recebem 10 ou mais salários mínimos (-0,864**), esta correlacionada com razão de renda (0,850**) | % de responsáveis que recebem 10 ou mais salários mínimos (-0,780**), esta correlacionada com razão de renda (0,915**) |
| População | – | Média de moradores por domicílio (0,853**) |
| % de jovens de 15 a 29 anos | População jovem 15 a 29 anos (0,998**) | População jovem 15 a 29 anos (0,994**) |
| % de idosos | | |
| % responsáveis do sexo feminino | Sem alta correlação em ambos os períodos | |
| % de domicílios com esgoto da rede geral | | |
| % de domicílios com água da rede geral | | |
| Média de moradores por domicílio (mantida apenas no primeiro período) | Sem alta correlação no primeiro período | Excluída |
| % de domicílios com iluminação pública no entorno | Inexistente | Sem alta correlação no segundo período |

Notas: ** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed); * Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Pesquisa.

interpretação das relações entre as variáveis sintéticas e os seus respectivos casos típicos. Esse tipo de análise distribui simultaneamente as variáveis e os casos em gráficos *biplot* de dois eixos contrapostos. Nestes, a proximidade entre as retas (variáveis ou categorias) e os pontos (unidades de análise) sinaliza as associações entre os elementos, ao contrário da distância entre eles, o que demonstra independência. Ou seja, ela descreve, de forma sintética, as proximidades e as oposições entre as variáveis e as unidades de análise, conforme aparecem representadas nos gráficos. Quando numéricas, as variáveis são automaticamente categorizadas em intervalos.¹²

b) Exame das correlações de Pierson.

Por intermédio das correlações bivariadas, obtivemos o coeficiente de correlação de Pierson, que mede a associação linear entre duas variáveis, indicando as associações significativas em nível de 0,01 (sinalizadas com dois asteriscos), e em nível de 0,05 (marcadas com apenas um asterisco, e, portanto, mais fracas).

Por fim, objetivando a comparação entre o comportamento dos homicídios nos bairros que receberam projetos de prevenção à violência do PRONASCI (Mulheres da Paz e Protejo) em comparação com os outros bairros, utilizamos a distribuição gráfica das taxas de eventos letais por bairros ao longo do período de 2000 a 2013.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados são apresentados na sequência, de acordo com o tipo de análise realizado, sendo os dois intervalos temporais examinados separadamente.

Análise de correspondências múltiplas – distribuição das variáveis e dos casos nos gráficos de dois eixos (*biplots*)

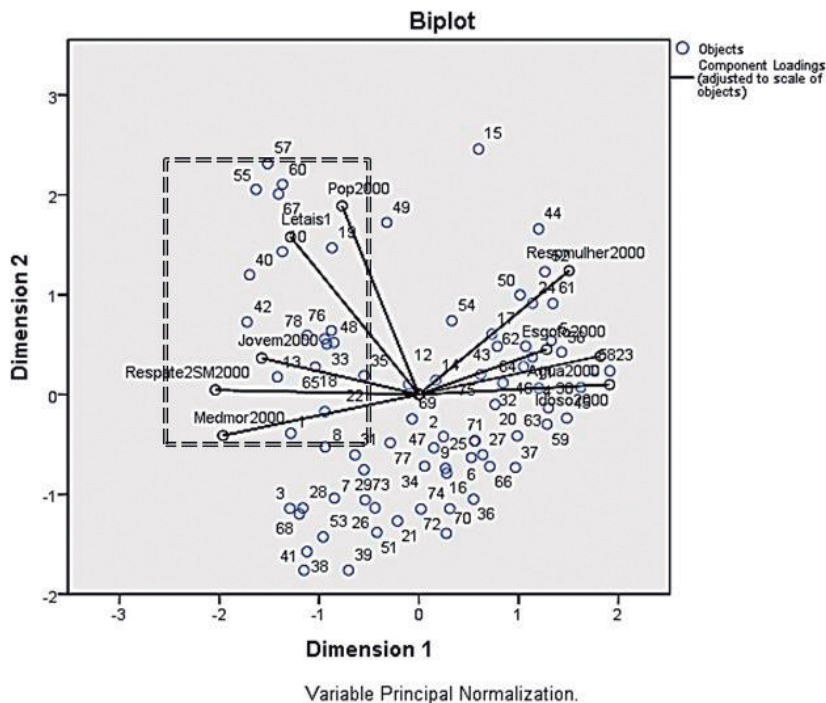
a) Primeiro Período (2000 a 2006)

O Gráfico 2 mostra as associações significativas e casos típicos relativos ao primeiro período examinado, que vai de 2000 a 2006. O modelo explica 70% da variância total. Ao observarmos o lado esquerdo do gráfico, verificamos um retângulo tracejado que demarca as associações mais significativas entre o percentual de homicídios e lesões corporais no período de 2000 a 2006 (Letais1) – variável dependente – e as variáveis independentes: população (Pop2000), percentual de jovens (Jovem2000), de responsáveis por domicílios que recebiam até dois salários

¹² Maiores informações sobre a Análise de Correspondências Múltiplas podem ser obtidas em Carvalho (2008).

mínimos (Respate2SM2000) e média de moradores por domicílio (Medmor2000). Verificamos, assim, que os eventos letais prevalecem em bairros populosos, com maior população jovem e pobre (que são também os menos desiguais, conforme a variável presença de alta renda sobre baixa renda, excluída por ser colinear) e com maior densidade domiciliar. Ao contrário, os fatos violentos incidem menos em bairros com mais proporção de responsáveis com alta renda (e, portanto, com maior escolaridade e mais desiguais, variáveis excluídas por sua colinearidade), com maior proporção de idosos, e mais providos de serviços públicos, como água e esgoto da rede geral. A configuração que aparece no lado direito do gráfico mostra as características predominantes dos bairros menos violentos, onde aparece também a variável percentual de responsáveis do sexo feminino (Respmulher2000), mas com reduzida influência.

Gráfico 2: Distribuição das associações entre variáveis e bairros típicos no período 2000 a 2006



Notas: 1. Total da variância explicada = 70%. 2. O retângulo tracejado mostra as correlações mais significativas entre as variáveis independentes e a proporção de homicídios e lesões corporais seguidas de morte dos bairros em relação ao total destes delitos em Porto Alegre (Letais1).

Fonte: Pesquisa.

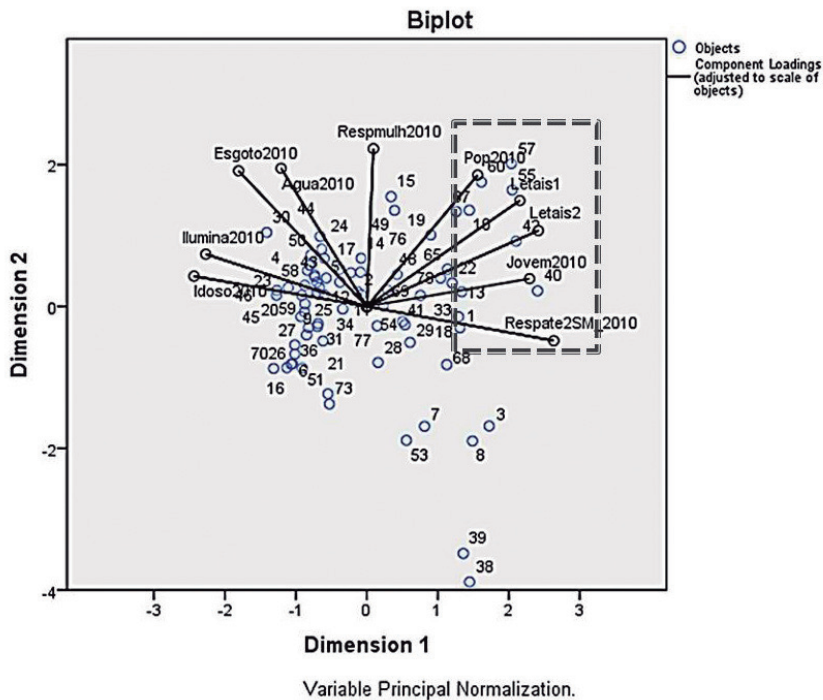
Os bairros típicos de ambas as configurações aparecem como pontos numerados, o seu nome pode ser buscado na lista de bairros apresentada em Apêndice.

b) Último Período (2007 a 2013)

O Gráfico 3 apresenta as associações significativas entre variáveis e casos típicos relativos ao intervalo entre 2007 e 2013, e explica 69,5% da variância total. Lembramos que, neste modelo, a variável relativa à densidade domiciliar (MedMor2010) apresentou alta colinearidade com a proporção de responsáveis que recebiam até dois salários mínimos, sendo a última mantida e a primeira descartada.

Como se verifica na combinação de variáveis destacada no lado direito do gráfico, a variável dependente (Letais2, proporção de eventos letais no segundo período) correlacionou-se com população (Pop2010), percentual de jovens

Gráfico 3: Distribuição das associações entre variáveis e bairros típicos no período 2007 a 2013



Notas: 1. Total da variância explicada = 69,5%. 2. O retângulo tracejado mostra as correlações mais significativas entre as variáveis independentes e a proporção de homicídios e lesões corporais seguidas de morte dos bairros em relação ao total destes delitos em Porto Alegre (Letais2).

Fonte: Pesquisa.

(Jovem2010), de responsáveis por domicílios que recebiam até dois salários mínimos (Respate2SM_2010), e de eventos letais no primeiro período (Letais1). Sendo assim, é a mesma configuração resultante do primeiro período, com exceção da variável Letais1, a qual sinaliza a reprodução das mortes nos mesmos bairros, em ambos os períodos.

Em contrapartida, a violência é menos frequente nos bairros com maior proporção de idosos (Idoso2010), de responsáveis do sexo feminino (Respmul2010) e maior presença de serviços públicos (água e esgoto da rede geral – Agua2010, Esgoto2010 – e iluminação pública no entorno, Ilumina2010).

Os bairros típicos de ambas as configurações são representados pelos pontos numerados, o seu nome pode ser buscado na lista de bairros apresentada em Apêndice.

Correlações de Pierson

A análise das correlações de Pierson possibilita precisar mais os resultados encontrados na Análise de Correspondências Múltiplas, mostrada acima, pois os seus coeficientes demonstram a força da associação entre duas variáveis. Os valores estão dispostos na tabela 3, para os dois intervalos temporais.

Percebe-se que as variáveis mais associadas com o percentual de eventos letais são, em ambos os períodos e em ordem decrescente de significância estatística: população, % de responsáveis que recebem até dois salários mínimos, % de jovens de 15 a 29 anos e média de moradores por domicílio (somente no primeiro período, pois no segundo esta variável aparece altamente correlacionada com a variável % de responsáveis que recebem até dois salários mínimos, razão pela qual foi excluída do modelo). Os coeficientes de Pierson das variáveis não diferem muito de um para outro período. No segundo período, destacou-se, também, a proporção de eventos letais do primeiro período, com coeficiente de 0,929. Isto revela que a violência recente incide nos mesmos locais da anterior, dentro de certa “dependência de trajetória”.

E como bloqueador da violência aparece a proporção de idosos, com coeficientes quase idênticos nos dois períodos, e com sinal negativo, o que demonstra a sua associação assimétrica com a variável dependente. As variáveis relativas ao provimento de serviços públicos (iluminação pública, água e esgoto da rede geral) e o percentual de responsáveis do sexo feminino não apresentaram associação significativa com a incidência de mortes violentas nos bairros de Porto Alegre. Assim, conclui-se que a incidência da violência medida pelos homicídios e lesões corporais com morte prevalece nos bairros mais populosos, mais pobres, com maior proporção de jovens de 15 a 29 anos, com domicílios mais densos (no primeiro período) e, em anos recentes, nos bairros que já eram violentos. Pelas variáveis excluídas (e colineares com as que permaneceram no modelo), sabemos que também são bairros menos desiguais e com população menos escolarizada.

Tabela 3: Correlações das variáveis independentes com a dependente nos dois períodos

| Variáveis independentes significativamente associadas com a dependente | % de eventos letais | |
|--|----------------------|---------------------------------|
| | Período 2000 a 2006 | Período 2007 a 2013 |
| População | 0,752** | 0,795** |
| % Responsáveis que recebem até dois salários mínimos | 0,445** | 0,454** |
| % Jovens | 0,378** | 0,336** |
| Média de moradores por domicílio | 0,344** | Colinear excluída |
| % Idosos | -0,378** | -0,372** |
| % Domicílios com iluminação pública | Inexistente | -0,141 |
| % Domicílios com esgoto da rede geral | -0,193 | -0,127 |
| % Domicílios com água da rede geral | 0,074 | -0,024 |
| % Responsáveis pelos domicílios do sexo feminino | 0,023 | 0,094 |
| Percentual de eventos letais | Não se aplica | (de 2000 a 2006) 0,929** |

Nota: **. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed); *. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Pesquisa.

A esses se contrapõem os bairros menos violentos, com maior proporção de idosos, com maior renda e escolaridade, e mais desiguais.

Distribuição das taxas de eventos letais pelos anos (resultados do PRONASCI)

A fim de verificarmos se houve diminuição dos homicídios e lesões corporais seguidas de morte após a implementação dos projetos preventivos da Violência do PRONASCI (Mulheres da Paz e Protejo) nos quatro primeiros Territórios da Paz instituídos na capital (bairros: Bom Jesus, Lomba do Pinheiro, Santa Teresa - Vila Cruzeiro do Sul, Restinga), calculamos taxas por 100.000 habitantes, uma vez que os quatro bairros apresentam população superior a 20.000 habitantes. Para a análise das taxas, contemplamos o período de 2000 a 2013.

Os projetos preventivos considerados foram o Projeto Mulheres da Paz e o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo), cujas características sintetizamos a seguir, com base em SCHABBACH (2013b).

a) “Mulheres da Paz”

O Projeto Mulheres da Paz visa incentivar mulheres, por meio de transferência direta (bolsa no valor de R\$ 190,00), a construir e fortalecer redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que afligem especialmente os jovens, encaminhando-os aos outros projetos desenvolvidos no âmbito do PRONASCI. Previa-se que as beneficiárias, após o término do projeto, continuariam a trabalhar em suas comunidades, como multiplicadoras da cultura de paz. Em Porto Alegre, depois de selecionadas, cerca de 200 mulheres foram capacitadas¹³ e distribuídas nos seguintes bairros: Restinga (61 mulheres), Bom Jesus (53), Lomba do Pinheiro (52) e Santa Teresa - Vila Cruzeiro do Sul (36).

b) “Protejo”

Conforme regulamentação pela Lei Federal nº 11.707 (BRASIL, 2008), o Protejo, cujo foco etário vai dos 15 aos 24 anos, é destinado à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana, ou em situações de moradores de rua, nas áreas geográficas abrangidas pelo PRONASCI. Tem como meta a formação cidadã dos participantes, a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais que visem resgatar a autoestima, a convivência pacífica e o incentivo

13 Os cursos de capacitação ocorreram no início de 2011, dividindo-se em dois módulos: o básico e o aprofundado. Neles, foram trabalhados temas como: acesso à justiça, direitos humanos, violência doméstica, noções de apoio psicossocial coletivo, drogadição, noções de mediação de conflitos e alfabetização digital. As aulas aconteciam à noite ou aos sábados e cada Território de Paz contava com duas turmas de mulheres.

à reestruturação do percurso socioformativo para a inclusão em uma vida saudável.

A implementação local desse projeto na capital aconteceu entre os anos 2011 e 2012. As aulas – promovidas pela OSCIP ADESC-Brasil – iniciaram-se em agosto de 2011. O primeiro ciclo de capacitação abrangia cinco oficinas: a) cidadania; b) socialização; c) pedagógicas; d) música e dança; e) informática. No segundo ciclo, além da continuidade da informática, os jovens deveriam desenvolver um projeto social e de pesquisa sobre a comunidade. O jovem que participasse das atividades recebia um auxílio no valor de R\$ 100,00, pago a partir do terceiro mês de frequência às atividades. No final de 2012, 257 jovens tinham concluído as oficinas, assim distribuídos nos Territórios da Paz: Santa Teresa-Vila Cruzeiro (91), Restinga (54), Bom Jesus (53), Lomba do Pinheiro (49).

Para efeitos de nossa análise, consideramos como período de implementação dos projetos analisados os anos de 2011 e 2012. Assim, na análise do Gráfico 4, dividimos o período de 14 anos das taxas de eventos letais (homicídios e lesões corporais com morte) em dois momentos: a) antes do PRONASCI (de 2000 até 2010) e b) a partir do PRONASCI (de 2011 a 2013).

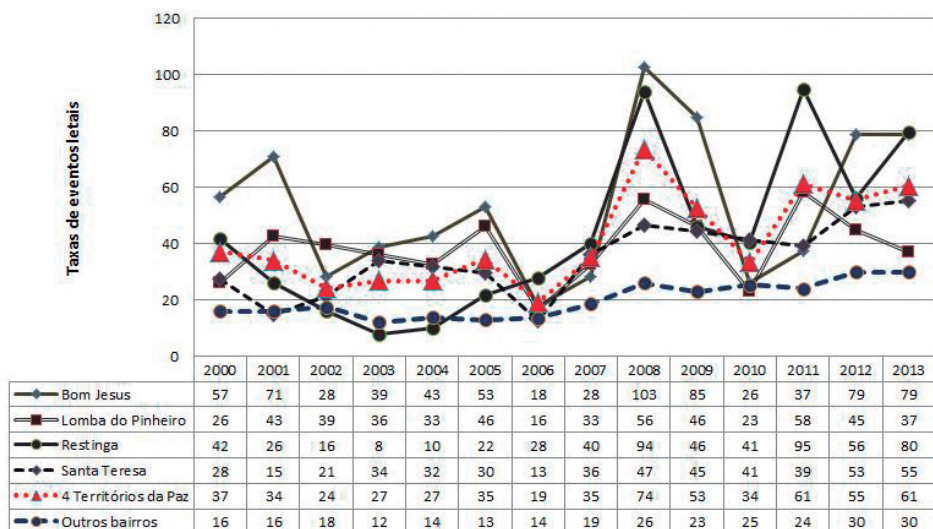
Inicialmente, verificamos que, ao longo de todo o período, os valores das taxas dos bairros definidos como Territórios da Paz sempre foram superiores (variando de 26 até 103 mortes violentas por 100.000 habitantes) aos dos outros bairros (que variaram de 16 a 30 mortes violentas por 100.00 habitantes). Isso demonstra que os primeiros eram e são, de fato, bairros violentos.

No período anterior ao PRONASCI (2000 a 2010), exceto no Bairro Santa Teresa-Vila Cruzeiro (cuja taxa cresceu 51%), em três dos Territórios da Paz as taxas de crimes violentos decresceram (-54% no Bairro Bom Jesus, -11% no Bairro Lomba do Pinheiro e -3% no Bairro Restinga). Já a violência dos outros bairros (excluindo os Territórios da Paz) aumentou 58% no primeiro período examinado.

Considerando o período de vigência do PRONASCI (2001 a 2013), percebe-se um crescimento da violência em todos os espaços considerados: 99% nos quatro Territórios da Paz em conjunto, sendo 210% no bairro Bom Jesus, 141% no bairro Santa Teresa – Vila Cruzeiro, 84% no bairro Restinga e 63% no bairro Lomba do Pinheiro. Os homicídios e lesões corporais com morte também cresceram nos outros bairros, em 124%.

Constata-se, portanto, que os projetos preventivos não repercutiram na diminuição da violência letal dos quatro primeiros Territórios da Paz, no período de 2011 a 2013. Ao contrário, o que se observou foi um aumento da violência letal, certamente motivado por fatores que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania não foi capaz de enfrentar.

Gráfico 4: Distribuição da taxa de eventos letais nos Territórios da Paz e outros bairros, 2000 a 2013



Nota: A taxa de eventos letais é representada pela incidência de homicídios e lesões corporais seguidas de morte por 100.000 habitantes.

Fonte: SSP-RS (2012, 2014); IBGE (2000, 2010). Informações das ocorrências policiais indexadas e organizadas pela autora. Cálculos efetuados pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo sugerem que a incidência de fatos violentos nos microespaços urbanos metropolitanos representa um indicador de desigualdade, que é altamente correlacionado com renda, nível de escolaridade, condição de moradia e provimento de serviços públicos. Além do mais, percebeu-se que a relação entre violência letal, juventude, pobreza, densidade domiciliar e menor provimento de serviços públicos manteve-se intacta ao longo do período de 2000 a 2013. Também ficou evidenciado que os eventos letais reproduziram-se nos mesmos bairros, onde as taxas subsequentes foram influenciadas pelas antecedentes, em uma espécie de dependência de trajetória da violência.

Essas são constatações graves quando se reconhece a implementação crescente de políticas sociais (mormente de enfrentamento da pobreza) desde o início deste século no país, acompanhada, em anos mais recentes, por programas preventivos da violência. Vários estudos sobre o Programa Bolsa Família, por exemplo, mostram que a transferência de renda para famílias pobres ou extremamente pobres vêm trazendo

resultados efetivos quanto à redução da desigualdade (ao menos de renda), ou, no mínimo, da pobreza extrema.

Certamente os programas de enfrentamento da pobreza devem considerar outros aspectos para além da melhoria da renda, tais como ampliação da escolaridade, emprego e geração de renda, participação social e política, e, ainda, a redução da violência nos espaços sociais.

Quanto aos projetos preventivos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Mulheres da Paz e Proteção), implantados a partir de 2010 na capital do Rio Grande do Sul, especialmente aqueles envolvendo os quatro primeiros Territórios da Paz, verificou-se que eles não foram efetivos na redução dos homicídios e lesões corporais seguidas de morte nos bairros onde foram instaurados. Isso se deve, provavelmente, a problemas em sua implementação e/ou quebra de continuidade, ou, ainda, por esses projetos não terem enfrentado, de fato, os fatores correlacionados com a violência letal em nível intramunicipal.

Neste momento, gostaríamos de levantar algumas hipóteses preliminares na tentativa de responder à questão: Por que a violência letal prevalece em bairros pobres? Como possíveis respostas, citamos: **a)** a presença e difusão de estruturas criminais – especialmente do tráfico de drogas – nos espaços mais violentos; **b)** são áreas “desorganizadas” dos municípios, com condições de sobrevivência precárias, redes de convivência frágeis e existindo estruturas de oportunidade ilegítima para a organização dos grupos criminosos; **c)** a política de segurança atua de forma predominantemente repressiva nessas áreas, em detrimento das novas estratégias de policiamento, como a polícia cidadã ou comunitária; **d)** como a maioria das vítimas são pobres, não há grande empenho na elucidação das mortes; em contrapartida, quando os homicídios causam maior impacto social e as vítimas são de classe média ou alta, o empenho das agências da Justiça Criminal acontece de fato e é mais eficaz; **e)** as políticas sociais não estão impactando na melhoria das condições de vida e na inibição das práticas violentas (em suas diferentes manifestações: crime organizado, conflitos entre gangues, violência doméstica, para citar algumas); **f)** conforme Cooney (1997), os homicídios prevalecem entre os pobres porque a lei lhes é inacessível (e as agências de controle e administração da justiça são refratárias às suas demandas), sendo assim, eles não contam com a legislação e o Judiciário para resolverem os seus conflitos, o que faz com que utilizem, com maior frequência, práticas violentas para administrá-los.

Por fim, é importante ressaltar que o desvelamento dos fatores associados às tendências declinantes dos homicídios observadas em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, pode lançar luzes sobre estratégias mais eficazes de enfrentamento da violência, em qualquer espaço social. Do que sabemos até o momento, tais fatores evocam mudanças no sistema de justiça criminal e nas políticas de segurança pública, no sentido de um maior planejamento e controle das ações,

bem como a participação das prefeituras e da sociedade em ações preventivas e projetos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEW, R. Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. **Criminology**, Emory University, v. 30, n. 1, p. 47-87, 1992.

BARCELLOS, T. M. M.; OLIVEIRA, N.; BARROS, C.; RABELO, M. M.; GARCIA, V. L. **Segregação Urbana e Mortalidade em Porto Alegre**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística - FEE, 1986. v. 1. 206p .

BRASIL. **Lei 12.852**, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 03 de setembro de 2014.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.707**, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm>. Acesso em: 03 de setembro de 2014.

BURGESS, E. W. The growth of the city: an introduction to a research project. **Proceedings of the American Sociological Society**, XVIII, p. 85-97, 1924.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANO, I. **Mapa de Risco da Violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 1997. Mimeo.

CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CARDIA, N. A violência urbana e os jovens. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). **São Paulo sem medo**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 133-154.

CARVALHO, H. **Análise Multivariada de Dados Qualitativos**: utilização da análise de correspondências múltiplas com o SPSS. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapa de Risco da Violência**: cidade de São Paulo. São Paulo, 1996a.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapa de Risco da Violência**: cidade de Curitiba. São Paulo, 1996b.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapa de Risco da Violência**: cidade do Rio de Janeiro. São Paulo, 1997a.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapa de Risco da Violência**: cidade de Salvador. São Paulo, 1997b.

- CEPAL - COMISSION ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Equidad, desarrollo y ciudadanía**. Chile, 2000.
- COMIN, F.; BAGOLIN, I. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, número especial, p. 467-490, 2002.
- COONEY, M. The decline of elite homicide. **Criminology**, v. 35, n. 3, p. 381-407, 1997.
- COSER, L. **Les fonctions du conflit social**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982. Deuxième partie, caps. 2-5, p. 91-149.
- DIRK, R. C. Homicídios Dolosos no Rio de Janeiro: variáveis aleatórias. In: **Coleção Segurança com Cidadania: o panorama dos homicídios no Brasil**. Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública, ano 3, n. 6, 2011. p. 141-167.
- DUBET, F. **As desigualdades multiplicadas**. Ijuí: UNIJUÍ, 2003.
- EUFRÁSIO, M. **Estrutura urbana e ecologia urbana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo/ Editora 34, 1999.
- FOX, J.; ZAWITZ, M. **Homicide trends in the United States: 2002 Update**. Bureau of Justice Statistics – Crime Data Brief: US Department of Justice, Nov. 2004. Disponível em: <<http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/homicide/homtrnd.htm>>. Acesso em: 10 out. 2006.
- GALLIANO, A. G. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.
- GIDDENS, A. **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo: UNESP, 1996.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 14 dez. 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- IZUMINO, W.; NEME, C. Violência urbana e graves violações de direitos humanos. **Ciência e Cultura**, ano 54, n. 1, p. 47-49, jul./ago/set. 2002. (Núcleo Temático Violência coordenado por Sérgio Adorno).
- LEMGRUBER, J. Controle da criminalidade: mitos e fatos. **Revista Think Tank**, São Paulo, Instituto Liberal do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Controle%20da%20criminalidade_mitos%20e%20fatos_Lemgruber.pdf> Acesso em: 02 de setembro de 2014.
- MCKENZIE, R. The ecological approach to the study of the human community. **American Journal of Sociology**, v. 30, n. 3, nov. 1924. p. 187-301.
- MERTON, R. K. **Social theory and social structure**. Glencoe: Free Press, 1958.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário. **Sistema Penitenciário no Brasil**. Brasília: INFOPEN, 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>> Acesso em: 30 de abril de 2014.
- MISSE, M. Reflexões sobre a investigação brasileira através do inquérito policial. **Cadernos Temáticos da CONSEG**, v. 01, p. 12-16, 2009.

NUSSBAUM, M. **Women and human development**. Cambridge: CUP, 2000.

OBSERVAPOA - OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE. **Número e % de domicílios com iluminação pública no entorno**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://portoalegreemanalise.procempa.com.br>>. Acesso em: 28 abril 2014.

PARK, R.; BURGESS, E. W.; McKENZIE, R. D. (ed.). **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 43-52, maio 1997.

SCHABBACH, L. M. Desigualdade, pobreza e violência em Porto Alegre. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; SOUZA, Dalva Borges de; FREIRE, Flávio Henrique Miranda de A. **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a., p. 321-341.

SCHABBACH, L. M. Novas políticas de segurança pública, relações intergovernamentais e prevenção da violência em nível local. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia** (16 ed.), 2013, set. 10-13. Salvador: SBS, 2013b.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, G. A. D. **Não matarás**: Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

SOARES, G. A. D. Subdesenvolvimento econômico e social e homicídios no Distrito Federal, 1995 a 1998” In: **Coleção Segurança com Cidadania. Homicídios**: políticas de controle e prevenção no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, ano 1, n. 3, 2009. p. 69-89.

SSP- RS. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Homicídios consumados no Rio Grande do Sul, 2000 a 2011**. Planilha Excel remetida pela Secretaria de Segurança Pública em atendimento à solicitação feita ao Serviço de Informações ao cidadão (SIC). Disponível em: <<http://www.centraldocidadao.rs.gov.br>> Resposta por e-mail em: 09 dez. 2012.

SSP- RS. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Homicídios consumados no Rio Grande do Sul, 2012 e 2013**. Planilha Excel remetida pela Secretaria de Segurança Pública em atendimento à solicitação feita ao Serviço de Informações ao cidadão (SIC). Disponível em: <<http://www.centraldocidadao.rs.gov.br>>. Resposta por e-mail em: 17 jul. 2014.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**, ano 54, n. 1, p. 22-24, jul./ago/set. 2002. (Núcleo Temático Violência coordenado por Sérgio Adorno).

TAVARES DOS SANTOS, J. V.; RUSSO, M.. Espacialização das violências em Porto Alegre. Cidade Complexa e Diferenciada. **A Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Segurança Urbana**: uma forma alternativa e cidadã de construir soluções para a segurança. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2003. p. 15-21.

THE WORLD BANK. GINI Index. In: **World Development Indicators (Database)**. 2014. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>>. Acesso em: 05 de junho de 2014.

THERBORN, G. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 122-169, jul./dez. 2001.

VELHO, G. As vítimas preferenciais. **Ciência Hoje**, suplemento v. 5, n. 28, jan./fev. 1987. (Encarte Especial).

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2010**: Anatomia dos homicídios no Brasil – Sumário executivo. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2010.php>>.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio 1997.

WIEVIORKA, M. **Violence en France**. Paris: Seuil, 1999.

APÊNDICE - INCIDÊNCIA DOS EVENTOS LETAIS POR BAIRRO PORTO-ALEGRENSE

Tabela 4: Distribuição das taxas e percentuais de eventos letais por bairro de Porto Alegre, 2000-2006, 2007-2015

| Bairro | Período 2000 a 2006 | | | Período 2007 a 2013 | | |
|------------------------------|-------------------------|----------------------|---|-------------------------|----------------------|---|
| | Taxa de eventos letais1 | % de eventos letais1 | 2 | Taxa de eventos letais2 | % de eventos letais2 | 1 |
| 1 - Agronomia | 36,1 | | 2 | 26,9 | | 1 |
| 2 - Anchieta | 1.055,6 | | 1 | 1.652,1 | | 1 |
| 3 - Arquipélago | 33,9 | | 1 | 39,4 | | 1 |
| 4 - Auxiliadora | 1,4 | | 0 | 7,4 | | 0 |
| 5 - Azenha | 6,4 | | 0 | 17,0 | | 1 |
| 6 - Bela Vista | 1,5 | | 0 | 0,0 | | 0 |
| 7 - Belém Novo | 11,4 | | 1 | 26,9 | | 1 |
| 8 - Belém Velho | 63,5 | | 2 | 97,9 | | 2 |
| 9 - Boa Vista | 6,6 | | 0 | 3,3 | | 0 |
| 10 - Bom Jesus | 44,0 | | 6 | 64,2 | | 5 |
| 11 - Bonfim | 11,3 | | 1 | 7,4 | | 0 |
| 12 - Camaquã | 6,6 | | 1 | 10,7 | | 1 |
| 13 - Cascata | 10,7 | | 1 | 24,7 | | 2 |
| 14 - Cavallhada | 10,8 | | 1 | 27,7 | | 1 |
| 15 - Centro Histórico | 16,3 | | 3 | 21,5 | | 2 |
| 16 - Chácara das Pedras | 4,1 | | 0 | 1,9 | | 0 |
| 17 - Cidade Baixa | 6,0 | | 0 | 10,4 | | 0 |
| 18 - Coronel Aparício Borges | 10,7 | | 1 | 17,3 | | 1 |
| 19 - Cristal | 44,8 | | 5 | 66,9 | | 3 |
| 20 - Cristo Redentor | 7,1 | | 1 | 3,5 | | 0 |
| 21 - Espírito Santo | 10,0 | | 0 | 10,2 | | 0 |
| 22 - Farrapos | 14,3 | | 1 | 21,8 | | 1 |
| 23 - Farroupilha | 64,9 | | 0 | 163,5 | | 0 |
| 24 - Floresta | 14,3 | | 1 | 15,3 | | 1 |
| 25 - Glória | 6,5 | | 0 | 45,5 | | 1 |
| 26 - Guarujá | 11,0 | | 0 | 10,9 | | 0 |

Continua

APÊNDICE - INCIDÊNCIA DOS EVENTOS LETAIS POR BAIRRO PORTO-ALEGRENSE

Tabela 4: Distribuição das taxas e percentuais de eventos letais por bairro de Porto Alegre, 2000-2006, 2007-2015

| Bairro | Período 2000 a 2006 | | Período 2007 a 2013 | |
|-------------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| | Taxa de eventos letais1 | % de eventos letais1 | Taxa de eventos letais2 | % de eventos letais2 |
| 27 - Higienópolis | 1,6 | 0 | 0,0 | 0 |
| 28 - Hípica | 4,1 | 0 | 15,6 | 1 |
| 29 - Humaitá | 28,7 | 1 | 46,0 | 1 |
| 30 - Independência | 8,9 | 0 | 4,7 | 0 |
| 31 - Ipanema | 6,8 | 1 | 10,9 | 1 |
| 32 - Jardim Botânico | 8,7 | 0 | 3,4 | 0 |
| 33 - Jardim do Carvalho | 17,1 | 2 | 15,5 | 1 |
| 34 - Jardim do Salso | 8,3 | 0 | 2,8 | 0 |
| 35 - Jardim Itu-Sabará | 7,3 | 1 | 12,1 | 1 |
| 36 - Jardim Lindóia | 11,7 | 0 | 7,7 | 0 |
| 37 - Jardim São Pedro | 0,0 | 0 | 18,9 | 0 |
| 38 - Lageado | 4,2 | 0 | 1,8 | 0 |
| 39 - Lami | 37,1 | 0 | 55,4 | 1 |
| 40 - Lomba do Pinheiro | 34,3 | 5 | 34,7 | 5 |
| 41 - Marcílio Dias | 47,8 | 0 | 76,7 | 0 |
| 42 - Mário Quintana | 54,9 | 6 | 101,9 | 8 |
| 43 - Medianeira | 14,9 | 1 | 13,6 | 0 |
| 44 - Menino-Deus | 5,8 | 1 | 4,2 | 0 |
| 45 - Moinhos de Vento | 14,2 | 1 | 11,8 | 0 |
| 46 - Mont'Serrat | 1,4 | 0 | 2,5 | 0 |
| 47 - Navegantes | 57,5 | 1 | 148,7 | 2 |
| 48 - Nonoai | 10,2 | 2 | 12,4 | 1 |
| 49 - Partenon | 8,1 | 2 | 14,7 | 2 |
| 50 - Passo da Areia | 9,3 | 1 | 7,4 | 0 |
| 51 - Pedra Redonda | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 52 - Petrópolis | 2,4 | 0 | 3,0 | 0 |

Continua

APÊNDICE - INCIDÊNCIA DOS EVENTOS LETAIS POR BAIRRO PORTO-ALEGRENSE**Tabela 4:** Distribuição das taxas e percentuais de eventos letais por bairro de Porto Alegre, 2000-2006, 2007-2015

| Bairro | Período 2000 a 2006 | | | Período 2007 a 2013 | | |
|--------------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| | Taxa de eventos letais1 | % de eventos letais1 | Taxa de eventos letais2 | % de eventos letais2 | Taxa de eventos letais2 | % de eventos letais2 |
| 53 - Ponta Grossa | 34,7 | 1 | 31,7 | 1 | 31,7 | 1 |
| 54 - Praia de Belas | 244,6 | 2 | 150,3 | 1 | 150,3 | 1 |
| 55 - Restinga | 21,7 | 5 | 63,7 | 9 | 63,7 | 9 |
| 56 - Rio Branco | 7,5 | 1 | 6,0 | 0 | 6,0 | 0 |
| 57 - Rubem Berta | 23,6 | 9 | 64,4 | 15 | 64,4 | 15 |
| 58 - Santa Cecília | 4,9 | 0 | 2,5 | 0 | 2,5 | 0 |
| 59 - Santa Maria Goretti | 6,9 | 0 | 12,2 | 0 | 12,2 | 0 |
| 60 - Santa Teresa | 24,5 | 6 | 46,8 | 5 | 46,8 | 5 |
| 61 - Santana | 4,7 | 0 | 9,0 | 1 | 9,0 | 1 |
| 62 - Santo Antônio | 3,0 | 0 | 10,9 | 0 | 10,9 | 0 |
| 63 - São Geraldo | 8,2 | 0 | 29,3 | 1 | 29,3 | 1 |
| 64 - São João | 16,2 | 1 | 17,3 | 1 | 17,3 | 1 |
| 65 - São José | 9,9 | 1 | 19,3 | 1 | 19,3 | 1 |
| 66 - São Sebastião | 19,9 | 1 | 17,6 | 0 | 17,6 | 0 |
| 67 - Sarandi | 21,3 | 6 | 43,3 | 7 | 43,3 | 7 |
| 68 - Serraria | 12,4 | 0 | 51,0 | 1 | 51,0 | 1 |
| 69 - Teresópolis | 14,5 | 1 | 25,3 | 1 | 25,3 | 1 |
| 70 - Três Figueiras | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 71 - Tristeza | 7,6 | 1 | 11,5 | 1 | 11,5 | 1 |
| 72 - Vila Assunção | 3,1 | 0 | 3,2 | 0 | 3,2 | 0 |
| 73 - Vila Conceição | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 74 - Vila Floresta | 11,2 | 0 | 17,3 | 0 | 17,3 | 0 |
| 75 - Vila Ipiranga | 7,5 | 1 | 6,8 | 0 | 6,8 | 0 |
| 76 - Vila Jardim | 44,1 | 3 | 37,0 | 1 | 37,0 | 1 |
| 77 - Vila João Pessoa | 13,6 | 1 | 18,4 | 1 | 18,4 | 1 |
| 78 - Vila Nova | 6,9 | 1 | 19,7 | 2 | 19,7 | 2 |
| Porto Alegre | 15,0 | 100 | 26,3 | 100 | 26,3 | 100 |

Fonte: SSP-RS (2012, 2014), IBGE (2000, 2010). Informações das ocorrências policiais indexadas e organizadas pela autora. Cálculos efetuados pela autora.

